



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Município de Alto Alegre/RS  
Secretaria Municipal de Administração  
Secretaria Municipal de Agricultura  
Secretaria Municipal de Assistência Social  
Secretaria Municipal de Educação  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente  
Secretaria Municipal de Obras do Interior  
Secretaria Municipal de Obras Urbanas  
Secretaria Municipal de Saúde  
**Edital de Pregão Eletrônico nº 013/2025**  
**Edital de licitação nº 026/2025**  
Regime de execução: menor valor por lote  
Modo de disputa: aberto

**Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços para contratação de empresa para futuros e parcelados serviços de consertos, desmontagem e montagem de pneus, balanceamento, manchão e serviços de socorro para a frota de veículos e maquinários do município de Alto Alegre/RS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por lote, objetivando o **Registro de Preços para contratação de empresa para futuros e parcelados serviços de consertos, desmontagem e montagem de pneus, balanceamento, manchão e serviços de socorro para a frota de veículos e maquinários do município de Alto Alegre/RS**, conforme descrito nesse edital e seus anexos que fazem parte do processo (ETP/TR), **Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, 147/2014, Decreto 3668/2023 e Decreto**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

nº 3.704/2024, que regulamenta o sistema de registro de preço no âmbito do Município.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br), no dia 23 de abril de 2025, às 09:00 horas, podendo as propostas serem enviadas até às 8:30 h, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

#### DO OBJETO:

Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para contratação de empresa para futuros e parcelados serviços de consertos, desmontagem e montagem de pneus, balanceamento, mançhão e serviços de socorro para a frota de veículos e maquinários do município de Alto Alegre/RS.

ITEM 1: CONERTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, BALANCEAMENT O, MANCHÃO E SERVIÇO DE SOCORRO	SUBITEM	ADM	EDUCAÇÃO	SEC OBRAS IN	SEC OBRAS UR	SEC AGRICUL	SEC SAUDE	MEIO AMB	SEC ASSIST	QNT TOTAL MINIMO	QNT TOTAL MAXIMO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
	1.1. CONERTO DE PNEU AUTOMOVEIS AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	14 0	450	70	70	70	560	70	70	540	1500	72,33	108.500,00
	1.2. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	90	285	45	45	45	400	45	45	368	1000	51,33	51.333,33



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
 Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
 Rua Recreio n° 233 - CEP: 99.430-000  
 CNPJ: 92.406.057/0001-03  
 E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
 Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

	<b>1.3. CONserto de pneu de Micro Onibus, Onibus e Caminhão (ARO16 AO ARO22,5)</b>		920	1000	140	140				1.100	2200	105,00	231.000,00
	<b>1.4. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MICRO ONIBUS, ONIBUS E CAMINHOS (ARO 16 AO ARO 22,5)</b>		460	500	70	70				550	1100	89,33	98.266,66
	<b>1.5. CONserto de pneu de Maquinas Pesadas e Maquinas Agrícolas (ARO 16 AO ARO 34)</b>			1500	500	1000				1500	3000	196,66	590.000,01
	<b>1.6. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MAQUINAS PESADAS E MAQUINAS AGRICOLAS (ARO 16 AO ARO 34)</b>			750	250	500				750	1500	171,66	257.500,01
	<b>1.7 BALANCIAMENTO DE PNEUS AUTOMOTIVOS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)</b>	40	180	20	20	20	180	20	20	180	500	41,00	20.500,01
	<b>1.8 MANCHÃO N°3</b>		200	200	150	150				350	700	41,00	28.700,00
	<b>1.9 MANCHÃO N°4</b>		200	200	150	150				350	700	51,33	35.933,33
	<b>1.10 MANCHÃO N°5</b>		200	200	150	150				350	700	63,00	44.100,00
	<b>1.11 MANCHÃO N°6</b>		200	200	150	150				350	700	76,00	53.200,00
	<b>1.12 MANCHÃO N°7</b>		200	200	150	150				350	700	93,66	65.566,67
	<b>1.13 MANCHÃO N°8</b>		200	200	150	150				350	700	111,33	77.933,33

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio n° 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

	<b>1.14 MANCHÃO N°9</b>		200	200	150	150				350	700	131,00	91.700,00
	<b>1.15 MANCHÃO N°10</b>		200	200	150	150				350	700	150,33	105.233,33
	<b>1.16 SERVIÇO DE SOCORRO DE BORACHARIA DENTRO DO PERIMETRO DO MUNICIPIO</b>	10	150	400	90	300	20	10	20	495	1000	123,00	123.000,00

## **1. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO:**

**1.2.1.** Tendo em vista o disposto no Art. 47 e Art. 48 § 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a presente licitação terá prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, também na forma do Art. 1º (do Decreto 3.668/2023), e observará o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

**1.2.2.** Para fins de atendimento ao item supra, há que ser observado o disposto no Decreto Municipal 3.668/2023, que delimita a abrangência geográfica das expressões “âmbito local” e “âmbito regional”. Por âmbito local ou municipal, entende-se como “os limites geográficos do Município de Alto Alegre, RS.” Já por “âmbito regional”, considera-se “os limites geográficos dos Municípios de Almirante Tamandaré do Sul, Alto Alegre, Barros Cassal, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Incra, Campos Borges, Carazinho, Colorado, Coqueiros do Sul, Cruz Alta, Espumoso, Ernestina, Fontoura Xavier, Fortaleza dos Valos, Ibirapuitã, Ibirubá, Itapuca, Jacuizinho, Lagoa dos Três Cantos, Mormaço, Não Me Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, São José do Herval, Selbach, Soledade, Tapera, Tio Hugo, Tunas, Tupanciretã, e Victor Graeff – integrantes da área de abrangência do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DO ALTO JACUÍ E ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ RS | COMAJA RS - acrescidos das cidades de Ijuí, Panambi, Passo Fundo/ RS.”

## **1. 2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME**

**1.2.1** Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

**1.2.2.** As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br).

**1.2.3.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

**1.2.4** Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**1.2.5** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**1.1.1.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**1.1.2.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

**1.1.3.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

## **2. ENVIO DAS PROPOSTAS**

**2.1.** As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital.

**2.2.** O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema conforme 1.1.4 alínea “a” e “b” ou

1.1.5, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

**2.3.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

**a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**2.4.** Outras eventuais declarações complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo sistema do pregão eletrônico e/ou pregoeiro, deverão ser realizadas via sistema ou encaminhadas no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

### **3. PROPOSTA**

**3.1.** A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, se houver, valor unitário do item e demais informações necessárias, até o horário previsto no preâmbulo deste edital.

**3.2.** Os itens de propostas que eventualmente contemplem itens que não correspondam às especificações contidas no objeto deste Edital serão desclassificados.

**4.3.** Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do sistema, bem como englobando a tributação, frete e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas, que deverão ser detalhados em planilha de quantitativos e custos unitários.

**3.4.** O prazo de validade da proposta será de **60 dias úteis**, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

**3.5. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.**

**3.6.** Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

**a)** O valor unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais; descrição completa do objeto ofertado, conforme Termo de Referência.

### **4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos abaixo elencados pelo sistema eletrônico, no entanto, somente serão analisados documentos do licitante vencedor:

#### **4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a)** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

**b)** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**c)** comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o licitante for pessoa jurídica;

**d)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **4.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA - Art. 68 da Lei 14.133/2021**

**a)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**b)** prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede

do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

#### **4.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - Art. 69 da Lei 14.133/2021**

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

c) para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{índice mínimo: (1)}$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{índice mínimo: (1)}$$

$$\text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Ativo Total}} = \text{índice máximo: (1)}$$

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; AI = Ativo Imobilizado; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PNC = Passivo Não Circulante; PL = Patrimônio Líquido.

**4.3.1.** É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

**4.3.2.** Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

**4.3.3.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**5.3.4.** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

**5.3.5.** A substituição referida no item 4.3.1 somente terá eficácia em relação aos documentos que tenham sido efetivamente apresentados para o cadastro e desde que estejam atualizados na data da sessão, constante no preâmbulo.

**5.3.6.** Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

**5.3.7.** O contratado apresentará a Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, quando permitida a subcontratação.

**5.3.8.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na



licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

#### **OBSERVAÇÃO 01:**

- a) Até o dia 30 de abril: todas as empresas poderão apresentar o balanço do penúltimo exercício, registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal no Brasil. Entre o dia 30 de abril e o último dia útil de junho (art. 5º, da IN 2003/2021, da RFB):
- b) As empresas que não utilizam a Escrituração Contábil Digital – ECD, deverão apresentar obrigatoriamente o balanço do último exercício financeiro devidamente registrado no órgão competente.
- c) As empresas que utilizam a ECD deverão apresentar o balanço do último exercício financeiro, se já encaminhado para a Receita Federal, ou do penúltimo exercício financeiro, acompanhado de documento oficial ou de declaração firmada por contador, que comprove que a empresa adota a ECD. Após o último dia útil de junho: todas as empresas deverão apresentar balanço do último exercício financeiro, devidamente registrado no órgão competente ou enviado para Receita Federal.

**OBSERVAÇÃO 02:** O parecer do setor contábil deste Município, referente aos índices contábeis, consta: *“considerando estudo Critérios relativos a liquidez exigidos em editais de licitações no brasil em que foram analisadas uma amostra de editais de inúmeros estados, inclusive federais, (300 no total) onde foi constatado a individualidade regional, da entidade cuidado com os contratos de grande monta, e nessa perspectiva usar regra/parâmetro “esses ou aqueles” índices seria coerente, pois se fosse de fácil resolução, entidades como o Estado do Rio Grande do Sul teriam já editado um regulamento padrão ou com casos concretos, também grandes municípios da região metropolitana do estado, como demonstra no estudo e os materiais pesquisados, cerca de 41% mesmo de altos valores não aplicam os índices em seus editais, e podemos dizer que uma certa padronização aplicáveis no índice valor 1, vejo como mais razoável e coerente uma análise específica em contratos de cessão de mão de obra, altos valores envolvidos, os quais devemos tratar com prudência pelo valor do contrato e também pela complexidade do objeto”.*

#### **5.5 DECLARAÇÕES:**

- a) **Declaração** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- b) **Declaração** que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- c) **Declaração** que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- d) **Declaração** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- e) **Declaração** que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República.

#### **5. VEDAÇÕES**

**6.1** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

- a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira,



trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; **c)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**d)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**e)** agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

**6.2.** O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**6.3.** Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

## **7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**7.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

**7.2.** O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

**7.3.** A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

**7.4.** Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

## **8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

**8.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

**a)** contiverem vícios insanáveis;

**b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

**c)** apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação após a fase de lances;

**d)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**e)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

**8.3** A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

**8.4** Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

**8.5** As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que todos os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**8.6** Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

**8.7** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

**8.7.1** O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

**8.7.2** O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.7.3** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

**8.7.4** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 0,50% que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

**8.7.5** Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

**8.7.6** Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.8** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

**8.9.** O valor será reajustado pelo índice IPCA com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

## **9. MODO DE DISPUTA**

**9.1.** Será adotado o modo de **disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7 e 8.

**9.2.** A etapa competitiva de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**9.3.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**9.4.** Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**9.5.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%.

**9.6.** Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.7.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no mesmo endereço eletrônico que ocorreu a sessão.

## **10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

**10.1.** Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam o item 5.5. deste Edital;

**10.1.2.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

**10.1.3.** Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

**a)** A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então,

de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

**b)** Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 10.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” deste item.

**10.1.4.** O disposto no item 10.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da LC nº 123/2006.

**10.2.** Se não houver licitante que atenda ao item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

**a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

**c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento (SE HOVER);

**d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle

**10.3.** Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**a)** empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul

**b)** empresas brasileiras;

**c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO**

**11.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**11.2.** A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.4 deste Edital.

**11.3.** Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

**11.4.** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

## **12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO**

**12.1.** Os documentos de habilitação, de que tratam o item 5, enviados nos termos do item 2, serão examinados pelo agente de contratação e equipe de apoio, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

**12.2. A regularidade fiscal do licitante em relação ao município de Alto Alegre será verificada internamente para fins de habilitação.**

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência, para:

**a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**12.1.1.** Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira e equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante

despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.2.** A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no 5.5 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**12.3.** Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

**12.4.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

**12.5.** Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.6.** As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

**12.7.** A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância, nos termos dispostos em regulamento do poder público.

**12.8.** Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

### **13. DOS RECURSOS**

**13.1. Declarada a vencedora, o sistema disponibilizará o prazo de 15 (quinze) minutos para que qualquer licitante possa manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer com registro em ata da síntese das suas razões;**

**13.2.** Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a)** ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b)** julgamento das propostas;
- c)** ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d)** anulação ou revogação da licitação.

**13.3.** O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação ou de divulgação da interposição do recurso.

**13.4.** Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a)** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b)** a apreciação dar-se-á em fase única.

**13.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.6.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**13.7.** O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

### **14. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO**



**14.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado (conforme Art.84 da Lei 14.133/2021), o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o Decreto Municipal n.º 3.589/2023 e 3.588/2023.

**14.2.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas, respeitados os limites dispostos no art. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

## **15. DAS HIPÓTESES DE CANCELAMENTO DA ATA:**

**15.1.** As hipóteses de cancelamento da ata estão dispostas no regulamento.

**15.2.** No caso de cancelamento da ata, em que o fornecedor não tiver tido ingerência sobre a descontinuidade do produto no mercado, não será penalizado, contudo deverá ser feita a reclassificação da ata.

**15.3.** Se, no decorrer da contratação, o fornecedor apresentar pedido de cancelamento dos preços registrados, deverá apresentar justificativas pela não continuidade do fornecimento, sem prejuízo de aplicação das sanções dispostas no item 22 deste edital.

## **16. DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**16.1.** Os preços poderão ser alterados, na forma de reajuste em sentido estrito, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto na ata, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, observado o princípio da anualidade.

**16.2.** Os preços registrados poderão ser reequilibrados, desde que haja o convencimento do fiscal com base na documentação apresentada pela contratada, sob pena de indeferimento do pedido.

**16.3.** A resposta aos pedidos de revisão dos custos da ata, deverão ser feitas em até 10 (dez) dias.

**16.4.** No caso em que a Administração se convencer pelo deferimento da revisão, deverá ser feito de forma concomitante pesquisa de preços de mercado para verificação de que os preços registrados pelas outras empresas na ata, momento em que deverá ser demonstrada a vantajosidade pela Administração, em que conceder os novos valores à contratada.

**16.5.** No caso de o preço revisado ficar maior que o do segundo colocado, será negada a revisão e reclassificada a ata de registro de preços.

## **17. FORMALIZAÇÃO DO CADASTRO RESERVA:**

**17.1.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**a)** dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**b)** dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

**17.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**17.3.** O registro a que se refere o item 19.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

**17.4.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea "a" do item 19.1 antecederão aqueles de que trata a alínea "b" do referido item.

## **18. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**18.1.** O pagamento será efetuado em até 15 (quinze), mediante a apresentação da Nota Fiscal com o carimbo, comprovando a efetivação dos serviços/aquisição.

**18.2.** A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo a fim de se acelerar o trâmite e a posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**18.3.** Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

**18.4.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

**18.5.** A despesa correrá na seguinte dotação orçamentária:

**Secretaria de Administração:**

Projeto/atividade: 2200- Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros

RV: 01

**Secretaria de Agricultura:**

Projeto/atividade: 2200- Manutenção da Secretaria de Agricultura

Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros

RV: 01

**Secretaria de Assistência social:**

Atividade: 2215 IGD-PAB

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1123 MATERIAL DE CONSUMO

Atividade 2606 IGD-BF

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1123 MATERIAL DE CONSUMO

**Secretaria Municipal de Educação:**

Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (MDE)

Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PEATE) Estadual

Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PNATE) Federal

Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PNATE) Federal

Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PNATE) Federal

Elemento: 3390.39.19.00.00.00 Manutenção e Conservação de Veículos

RV: 20, 1025, 1118, 1119, 1120

**Secretaria Municipal do Meio Ambiente:**

Projeto/atividade: 2800- Manutenção da Secretaria do meio ambiente

Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros

**Secretaria de Obras Urbanas:**

Projeto/atividade: 2900- Manutenção da Secretaria de Obras Urbanas

Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros

RV: 01

Projeto/atividade: 2905- Manutenção de Parques Praças e Jardins

Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros

RV: 01

**Secretaria de Obras do Interior:**

Projeto/atividade: 2001- Manutenção da Frota de Maquinas e Equipamentos

Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros

RV: 01

Projeto/atividade: 2003- Manutenção das Estradas do Interior

Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros

RV: 01

**Secretaria de Saúde:**

Projeto/atividade: 2501 Transporte na Saúde

Elemento: 3390.39.19.00.00.00- manutenção e conservação de veículos.

RV: 40, 4500, 4090



## **19. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

**19.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a)** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d)** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **20. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO**

**20.1.** O licitante vencedor será convocado para assinar a ata de registro de preço e/ou contrato ou para retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**20.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**20.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**20.4.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.4 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**20.5.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a)** convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b)** adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**20.6.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

## **21. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA**

**21.1** A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

**21.2** A vencedora deverá executar a contratação, observando fielmente o estudo técnico preliminar e termo de referência Anexos, modelos, tamanhos do material solicitados e descritos, inclusive em relação à qualidade dos materiais, e os termos da sua proposta.

**21.3** A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS e demais relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço;

**21.4** A empresa deverá apresentar a cada nova contratação e/ou quando o fiscal do contrato solicitar, os seguintes documentos:

## **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**a)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

#### **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

#### **21.5. Das obrigações:**

A Contratada se obriga a:

- I- Entregar os materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas no termo de referência e contrato, com a observância as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e Legislação pertinente;
- II- Substituir os produtos fornecidos nos quais se verifiquem defeitos de fabricação ou danificados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação que lhe será entregue;
- III- Cumprir fielmente as obrigações definidas no termo de referência e contrato, de forma que o objeto deverá ser entregue de acordo com as exigências nela contidas;
- IV- Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;
- V- Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- VI- Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;
- VII- Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte (frete), embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;
- VIII- Comunicar ao Município, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento;
- IX- O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Fornecedor para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

#### **21.6. O Município obriga-se a:**

- I- Acompanhar a entrega do objeto;
- II- Comunicar ao Fornecedor toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição dos produtos, como por exemplo, a quantidade a ser entregue;
- III- Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento;
- IV- Verificar a regularidade da situação fiscal do Fornecedor e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade, antes de efetuar cada pagamento devido;
- V- Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pelo Fornecedor e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, o material que o Fornecedor entregar fora das especificações deste termo de referência;
- VI- Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;
- VII- Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor;
- VIII- Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;
- IX- Permitir o livre acesso do pessoal do Fornecedor ao local de entrega do objeto;
- X- Notificar, por escrito, ao Fornecedor, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento, fixando prazo para sua correção.
- XI- Aplicar a contratada as sanções cabíveis;

## **22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**22.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**22.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 22.1 deste edital as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**22.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 22.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**22.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 22.2 do presente Edital.

**22.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**22.6.** A aplicação das sanções previstas no item 22.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**22.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 22.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**22.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 22.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**22.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**22.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**22.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**22.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**22.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 22.2 do presente edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

## **23. PRAZOS DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**23.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria Municipal de Educação, conforme nomeação pela Portaria nº 11.820/2025, e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, Art. 117, caput.

**23.2.** Os fiscais do contrato acompanharão a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**23.3.** O prazo de vigência do contrato será a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério das partes, e/ou quando todo o material ainda não foi entregue.

## **24. GARANTIA DA PROPOSTA**

**24.1.** Será dispensada a apresentação de garantia da proposta nesta licitação.

## **25. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**25.1.** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: [licita@altoalegre.rs.gov.br](mailto:licita@altoalegre.rs.gov.br) e/ou através da plataforma do banrisul : [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br).

**25.2.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração [www.altoalegre.rs.gov.br](http://www.altoalegre.rs.gov.br) e [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br).

## **26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**26.1.** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contrato.

**26.2.** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**26.3.** A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

**26.4.** Em caso de divergência entre o edital e seus anexos, prevalecerá o disposto no edital.

**26.5.** Fica eleito o Foro da Comarca de Espumoso para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: [prefeitura@altoalegre.rs.gov.br](mailto:prefeitura@altoalegre.rs.gov.br)  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

Alto Alegre/RS, 04 de abril de 2025.

---

**SILMAR DEMAMAN**  
Prefeito Municipal





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 27/2025**

**Município de Alto Alegre/RS**

**Secretaria Municipal de Administração**  
**Secretaria Municipal de Agricultura**  
**Secretaria Municipal de Assistência Social**  
**Secretaria Municipal de Educação**  
**Secretaria Municipal de Meio Ambiente**  
**Secretaria Municipal de Obras do Interior**  
**Secretaria Municipal de Obras Urbanas**  
**Secretaria Municipal de Saúde**

**Necessidade da Secretaria:** Registro de Preços para contratação de empresa para futuros e parcelados serviços de consertos, desmontagem e montagem de pneus, balanceamento, manção e serviços de socorro para a frota de veículos e maquinários do município de Alto Alegre/RS.

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.** Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para contratação de empresa para futuros e parcelados serviços de consertos, desmontagem e montagem de pneus, balanceamento, manção e serviços de socorro para a frota de veículos e maquinários do município de Alto Alegre/RS.

**1.2.** A seguir, quadro demonstrativo de quantidades e valores de referência para suprir a necessidade de cada secretaria, individualmente, e também o total considerando todas as secretarias demandantes:





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
 Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
 CNPJ: 92.406.057/0001-03  
 E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
 Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

<b>ITEM 1: CONCERTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, BALANCEAMENT O, MANCHÃO E SERVIÇO DE SOCORRO</b>	<b>SUBITEM</b>	<b>ADM</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>SEC OBRAS IN</b>	<b>SEC OBRAS UR</b>	<b>SEC AGRICUL</b>	<b>SEC SAUDE</b>	<b>MEIO AMB</b>	<b>SEC ASSIST</b>	<b>QNT TOTAL MINIMO</b>	<b>QNT TOTAL MAXIMO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
	<b>1.7. CONCERTO DE PNEU AUTOMOVEIS AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)</b>	14 0	450	70	70	70	560	70	70	540	1500	72,33	108.500,00
	<b>1.8. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)</b>	90	285	45	45	45	400	45	45	368	1000	51,33	51.333,33
	<b>1.9. CONCERTO DE PNEU DE MICRO ONIBUS, ONIBUS E CAMINHÃO (ARO16 AO ARO22,5)</b>		920	1000	140	140				1.10 0	2200	105,00	231.000,00
	<b>1.10. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MICRO ONIBUS, ONIBUS</b>		460	500	70	70				550	1100	89,33	98.266,66



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
 Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
 CNPJ: 92.406.057/0001-03  
 E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
 Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

	<b>E CAMINHOS (ARO 16 AO ARO 22,5)</b>												
	<b>1.11. CONserto de pneu de Maquinas Pesadas e Maquinas AGRICOLAS (ARO 16 AO ARO 34)</b>			1500	500	1000				1500	3000	196,66	590.000,01
	<b>1.12. MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MAQUINAS PESADAS E MAQUINAS AGRICOLAS (ARO 16 AO ARO 34)</b>			750	250	500				750	1500	171,66	257.500,01
	<b>1.7 BALANCIAMENTO DE PNEUS AUTOMOTIVOS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)</b>	40	180	20	20	20	180	20	20	180	500	41,00	20.500,01
	<b>1.17 MANCHÃO Nº3</b>		200	200	150	150				350	700	41,00	28.700,00
	<b>1.18 MANCHÃO Nº4</b>		200	200	150	150				350	700	51,33	35.933,33
	<b>1.19 MANCHÃO Nº5</b>		200	200	150	150				350	700	63,00	44.100,00
	<b>1.20 MANCHÃO Nº6</b>		200	200	150	150				350	700	76,00	53.200,00
	<b>1.21 MANCHÃO Nº7</b>		200	200	150	150				350	700	93,66	65.566,67
	<b>1.22 MANCHÃO Nº8</b>		200	200	150	150				350	700	111,33	77.933,33
	<b>1.23 MANCHÃO Nº9</b>		200	200	150	150				350	700	131,00	91.700,00
	<b>1.24 MANCHÃO Nº10</b>		200	200	150	150				350	700	150,33	105.233,33
	<b>1.25 SERVIÇO DE SOCORRO DE BORACHARIA DENTRO</b>	10	150	400	90	300	20	10	20	495	1000	123,00	123.000,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

	<b>DO PERIMETRO DO MUNICIPIO</b>												
--	----------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**Valor total dos itens de todas as secretarias: R\$ 1.982.466,67 (um milhão, novecentos e oitenta e dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).**

**As quantidades estão distribuídas por secretaria demandante da seguinte forma:**

**Secretaria Municipal de Administração:**

<b>ITEM 1: CONCERTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, BALANCEAMENTO, MANCHÃO E SERVIÇO DE SOCORRO</b>	<b>SUBITEM</b>	<b>OBJETO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE MÍNIMA</b>	<b>QUANTIDADE MÁXIMA</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
	1.1	CONCERTO DE PNEU DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	70	140	R\$ 72,33	R\$ 10.126,20
	1.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMOVEIS,	UN	45		R\$ 51,33	R\$



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

		AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)			90		4.619,70
	1.7	BALANCIAMENTO DE PNEUS DE AUTOMOTIVOS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	20	40	R\$ 41,00	R\$ 1.640,00
	1.16	SERVIÇO DE SOCORRO DE BORRACHARIA DENTRO DO PERIMETRO DO MUNICIPIO	UN	5	10	R\$ 123,00	R\$ 1.230,00

Valor total: R\$ 17.615,90 (dezesete mil seiscentos e quinze reais e noventa centavos).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

**Secretaria Municipal de Agricultura:**

ITEM 1: CONCERTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, BALANCEAMENTO, MANCHÃO E SERVIÇO DE SOCORRO	SUBITEM	OBJETO	UNID. DE MEDID A	QUANTIDADE E MÍNIMA	QUANTIDADE E MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1.1	CONCERTO DE PNEU DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	35	70	R\$ 72,33	R\$ 5.063,10
	1.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	22	45	R\$ 51,33	R\$ 2.309,85
	1.3	CONCERTO DE PNEUS CAMINHÃO (ARO 16 AO ARO 22,5)	UN	70	140	R\$ 105,00	R\$ 14.700,00
	1.4	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MICRO ONIBUS, ONIBUS E CAMINHÕES (ARO 16 AO 22,5)	UN	35	70	R\$ 89,33	R\$ 6.253,10
	1.5	CONCERTO DE PNEUS DE MÁQUINAS PESADAS E MÁQUINAS AGRICOLAS (ARO 16 AO 34)	UN	500		R\$ 196,66	R\$ 196.660,0

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

				1000		0
1.6	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MÁQUINAS PESADAS E AGRICOLAS (ARO 16 AO ARO 34)	UN	250	500	R\$ 171,66	R\$85.830,00
1.7	BALANCEAMENTO DE PNEUS AUTOMOTIVOS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	10	20	R\$ 41,00	R\$ 820,00
1.8	MANCHÃO 3	UN	75	150	R\$ 41,00	R\$6.150,00
1.9	MANCHÃO 4	UN	75	150	R\$ 51,33	R\$ 7.699,50
1.10	MANCHÃO 5	UN	75	150	R\$ 63,00	R\$ 9.450,00
1.11	MANCHÃO 6	UN	75	150	R\$ 76,00	R\$ 11.400,00
1.12	MANCHÃO 7	UN	75	150	R\$ 93,66	R\$ 14.049,00
1.13	MANCHÃO 8	UN	75	150	R\$ 111,33	R\$ 16.699,50
1.14	MANCHÃO 9	UN	75	150	R\$ 131,00	R\$ 19.650,00
1.15	MANCHÃO 10	UN	75	150	R\$ 150,33	R\$ 22.549,50
1.16	SERVIÇO DE SOCORRO DE BORRACHARIA DENTRO DO PERIMETRO DO MUNICIPIO	UN	150	300	R\$ 123,00	R\$ 36.900,00

Valor total: R\$ 456.183,55 (quatrocentos e cinquenta e seis mil cento e oitenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

**Secretaria Municipal de Assistência Social:**

ITEM 1: CONERTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, BALANCEAMENTO, MANCHÃO E SERVIÇO DE SOCORRO	subitem	Descrição	Quantidade Mínima	Quantidade máxima	Valor unitário R\$	Valor total R\$
	1.1	Conserto de pneu automoves ambulâncias e vas (aro 13 ao aro 17)	35	70	72,33	R\$5.063,10
	1.2	Montagem e desmontagem de pneu de automoves, ambulâncias e vas (aro 13 ao aro17)	22	45	51,33	R\$2.309,85
	1.7	BALANCIAMENTO DE PNEUS AUTOMOTIVOS,	10	20	41,00	R\$ 820,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

		AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)				
	1.16	SERVIÇO DE SOCORRO DE BORACHARIA DENTRO DO PERIMETRO DO MUNICIPIO	10	20	123,00	R\$ 2460,00

Valor total: R\$ 10.652,95 (dez mil seiscentos e cinquenta e dois mil e noventa e cinco centavos).

**Secretaria Municipal de Educação:**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

<b>ITEM 1: CONCERTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, BALANCEAMENTO, MANCHÃO E SERVIÇO DE SOCORRO</b>	SUBITEM	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Mínima	Quantidade Máxima	Valor Médio R\$	Valor Total Quant. Mínima R\$	Valor Total Quant. Máxima R\$
	1.1	Conserto de pneu de automóveis ambulâncias e vans (ARO 13 ao ARO 17)	Unidade	225	450	<b>72,33333</b>	16,274,99	32.549,99
	1.2	Montagem e desmontagem de pneus de automóveis, ambulâncias e vans (ARO 13 ao ARO 17)	Unidade	168	285	<b>51,33333</b>	8.623,99	14.629,05
	1.3	Conserto de pneu de micro ônibus, ônibus e caminhão (ARO 16 ao ARO 22,5)	Unidade	460	920	<b>105,00000</b>	69.000,00	96.600,00
	1.4	Montagem e desmontagem de pneus de micro ônibus, ônibus e caminhões (ARO 16 ao ARO 22,5)	Unidade	230	460	<b>89,33</b>	20.545,90	41.091,80
	1.7	Balanceamento de pneus automotivos, ambulâncias e vans (ARO 13 ao ARO 17)	Unidade	90	180	<b>41,00000</b>	3.690,00	7.380,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
 Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
 CNPJ: 92.406.057/0001-03  
 E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
 Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

1.8	Manchão nº 3	Unidade	100	200	<b>41,00000</b>	4.100,00	8.200,00
1.9	Manchão nº 4	Unidade	100	200	<b>51,33333</b>	5.133,33	10.266,66
1.10	Manchão nº 5	Unidade	100	200	<b>63,00000</b>	6.300,00	12.600,00
1.11	Manchão nº 6	Unidade	100	200	<b>76,00000</b>	7.600,00	15.200,00
1.12	Manchão nº 7	Unidade	100	200	<b>93,66667</b>	9.366,66	18.733,33
1.13	Manchão nº 8	Unidade	100	200	<b>111,33333</b>	11.133,33	22.266,66
1.14	Manchão nº 9	Unidade	100	200	<b>131,00000</b>	13.100,00	26.200,00
1.15	Manchão nº 10	Unidade	100	200	<b>150,33333</b>	15.033,33	30.066,66
1.16	Serviço de socorro de borracharia	Unidade	75	150	<b>123,00000</b>	9.225,00	18.450,00
						<b>Total</b>	<b>354.235,76</b>

**Secretaria Municipal de Meio Ambiente:**

ITEM 1: CONCERTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, BALANCEAMENTO, MANCHÃO E SERVIÇO DE SOCORRO	SUBITEM	OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1.1	CONCERTO DE PNEU DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E	UN	35	70	R\$ 72,33	R\$ 5.063,10



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

		VANS (ARO 13 AO ARO 17)					
	1.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	22	45	R\$ 51,33	R\$ 2.309,85
	1.7	BALANCIAMENTO DE PNEUS AUTOMOTIVOS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	10	20	R\$ 41,00	820,00
	1.16	SERVIÇO DE SOCORRO DE BORRACHARIA DENTRO DO PERIMETRO DO MUNICIPIO	UN	5	10	R\$ 123,00	R\$ 1.230,00

Valor total: R\$ 9.422,95 (nove mil quatrocentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos).

**Secretaria Municipal de Obras do Interior:**

ITEM 1: CONCERTO, MONTAGEM,	SUBITEM	OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-----------------------------------	---------	--------	-------------------------	----------------------	----------------------	-------------------	----------------



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
 Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
 CNPJ: 92.406.057/0001-03  
 E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
 Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

DESMONTAGEM, BALANCEAMENTO, MANCHÃO E SERVIÇO DE SOCORRO							
	1.1	CONserto DE Pneu DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	35	70	R\$ 72,33	R\$ 5063,10
	1.2	Montagem E DESMONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	22	45	R\$ 51,33	R\$ 2309,85
	1.3	CONserto DE Pneu DE MICRO ONIBUS, ONIBUS E CAMINHÃO (ARO16 AO ARO22,5)	UN	500	1000	R\$ 105,00	R\$105000,00
	1.4	Montagem E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MICRO ONIBUS, ONIBUS E CAMINHOES	UN	250		R\$89,33	R\$44665,00





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
 Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
 CNPJ: 92.406.057/0001-03  
 E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
 Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

		(ARO 16 AO ARO 22,5)			500		
	1.5	CONCERTO DE PNEU DE MAQUINAS PESADAS E MAQUINAS AGRICOLAS (ARO 16 AO ARO 34)	UN	750	1500	R\$196,66	R\$294.990,00
	1.6	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MAQUINAS PESADAS E MAQUINAS AGRICOLAS (ARO 16 AO ARO 34)	UN	375	750	R\$171,66	R\$128.745,00
	1.7	BALANCIAMENTO DE PNEUS DE AUTOMOTIVOS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	10	20	R\$ 41,00	R\$ 820,00
	1.8	MANCHÃO N°3	UN	100	200	R\$41,00	R\$8200,00
	1.9	MANCHÃO N°4	UN	100	200	R\$51,33	R\$10266,00
	1.10	MANCHÃO N°5	UN	100	200	R\$63,00	R\$12600,00
	1.11	MANCHÃO N°6	UN	100	200	R\$76,00	R\$15200,00
	1.12	MANCHÃO N°7	UN	100	200	R\$93,66	R\$18732,00
	1.13	MANCHÃO N°8	UN	100	200	R\$111,33	R\$22266,00
	1.14	MANCHÃO N°9	UN	100	200		R\$26200,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

					R\$131,00	
1.15	MANCHÃO N°10	UN	100	200	R\$150,33	R\$30066,00
1.16	SERVIÇO DE SOCORRO DE BORRACHARIA DENTRO DO PERIMETRO DO MUNICIPIO	UN	200	400	R\$ 123,00	R\$ 49200,00

**Valor total: R\$ 774.322,95 (setecentos e setenta e quatro mil trezentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos).**

**Secretaria Municipal de Obras Urbanas:**

ITEM 1: CONCERTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, BALANCEAMENTO, MANCHÃO E SERVIÇO DE SOCORRO	SUBITEM	OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1.1	CONCERTO DE PNEU DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO	UN	35	70	R\$ 72,33	R\$ 5063,10



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

	ARO 17)					
1.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	22	45	R\$ 51,33	R\$ 2309,85
1.3	CONCERTO DE PNEU DE MICRO ONIBUS, ONIBUS E CAMINHÃO (ARO16 AO ARO22,5)	UN	70	140	R\$ 105,00	R\$14700,00
1.4	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE MICRO ONIBUS, ONIBUS E CAMINHÕES (ARO 16 AO ARO 22,5)	UN	35	70	R\$89,33	R\$6253,10
1.5	CONCERTO DE PNEU DE MAQUINAS PESADAS E MAQUINAS AGRICOLAS (ARO 16 AO ARO 34)	UN	250	500	R\$196,66	R\$98.330,00
1.6	MONTAGEM E DESMONTAGEM					



# **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
 Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
 CNPJ: 92.406.057/0001-03  
 E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
 Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

	DE PNEUS DE MAQUINAS PESADAS E MAQUINAS AGRICOLAS (ARO 16 AO ARO 34)	UN	125	250	R\$171,66	R\$42.915,00
1.7	BALANCIAMENTO DE PNEUS DE AUTOMOTIVOS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	10	20	R\$ 41,00	R\$ 820,00
1.8	MANCHÃO Nº3	UN	75	150	R\$41,00	R\$6150,00
1.9	MANCHÃO Nº4	UN	75	150	R\$51,33	R\$7699,50
1.10	MANCHÃO Nº5	UN	75	150	R\$63,00	R\$9450,00
1.11	MANCHÃO Nº6	UN	75	150	R\$76,00	R\$11400,00
1.12	MANCHÃO Nº7	UN	75	150	R\$93,66	R\$14049,00
1.13	MANCHÃO Nº8	UN	75	150	R\$111,33	R\$16699,50
1.14	MANCHÃO Nº9	UN	75	150	R\$131,00	R\$19650,00
1.15	MANCHÃO Nº10	UN	75	150	R\$150,33	R\$22549,50
1.16	SERVIÇO DE SOCORRO DE BORRACHARIA DENTRO DO PERIMETRO DO MUNICIPIO	UN	45	90	R\$ 123,00	R\$ 11070,00

**Valor total: R\$ 289.108,55 (duzentos e oitenta e nove mil cento e oito reais e cinquenta e cinco centavos).**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

**Secretaria Municipal de Saúde:**

ITEM 1: CONCERTO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, BALANCEAMENTO, MANCHÃO E SERVIÇO DE SOCORRO	SUBITEM	OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1.1	CONCERTO DE PNEU DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	70	560	72,33	40.504,80
	1.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMOVEIS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	45	400	51,33	20.532,00
	1.7	BALANCIAMENTO DE PNEUS DE AUTOMOTIVOS, AMBULANCIAS E VANS (ARO 13 AO ARO 17)	UN	20	180	41,00	7.380,00





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

	1.16	SERVIÇO DE SOCORRO DE BORRACHARIA DENTRO DO PERIMETRO DO MUNICIPIO	UN	5	20	123,00	2.460,00
--	------	---	----	---	----	--------	----------

**Valor total: R\$ 70.344,80 (setenta mil trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).**



## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado pelas Secretarias demandantes, apêndice deste termo de referência e será realizada na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por lote, nos termos do **6º, Incisos XIII, XLI e XLV e XLVI, art. 17, § 2º, art. 28, I, art. 34 e art. 78, IV, art. 82 e art. 84 todos da Lei Federal nº 14.133/2021**

**2.2.** Conforme ETP, o objeto da contratação está previsto no plano anual de contratações, nos itens 2877 até 2923.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A solução proposta é a contratação de empresa para futuros e parcelados serviços de consertos, desmontagem e montagem de pneus, balanceamento, manchão e serviços de socorro para a frota de veículos e maquinários do município de Alto Alegre/RS.

**3.2.** O ciclo de vida desta solução baseia-se, nos critérios de sustentabilidade, nas diretrizes elaboradas nas características técnicas de cada produto desde a fabricação até a destinação final e em conformidade com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

**3.3.** Conforme ETP, a administração optou por realizar a presente licitação tendo por critério o julgamento de menor preço por lote, agrupando determinados itens para que assim a contratação se torne mais vantajosa, econômica e eficiente. A obediência ao princípio da eficiência, por sua vez, se traduz pela maior agilidade adotando essa forma, o que também garantirá o atendimento ao princípio do interesse público, tendo em vista que a presente licitação objetiva o registro de preços em ata que conforme o artigo 84 da Lei 14.133/21 poderá ser prorrogada.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Os bens/serviços têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, XLI e XLV e XLVI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.2.** A contratação será efetivada conforme solicitação e necessidade das Secretarias Municipais solicitantes.

**4.3.** O responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços será o funcionário designado mediante portaria nº 11.820/2025 de cada Secretaria Municipal.

### **4.4. Das obrigações:**

**4.4.1.** A Contratada se obriga a:

I- A vencedora deverá observar durante a execução do contrato as normas técnicas aplicáveis (regras vigentes de cada modalidade), ao serviço, bem como as normas de segurança do trabalho.

II- A vencedora deverá executar os serviços observando fielmente este ETP, inclusive em relação a execução dos serviços, e os termos da sua proposta.

III- A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

IV- Responsabilizar-se pelas obrigações, fiscais, trabalhistas, previdenciárias e acidentárias decorrentes deste processo;

V- Realizar a prestação dos serviços dentro dos prazos estabelecidos;

VI- Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais (impostos) decorrentes da

execução do presente contrato e obrigações sociais e trabalhistas entre a CONTRATADA e seus empregados;

VII- Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, durante a execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento feito pelo Contratante;

VIII- Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

IX- Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida quando da execução do objeto contratado;

X- Juntamente com a nota fiscal deverá acompanhar documento atestando os serviços realizados pela empresa contratada.

XI- Os custos de deslocamento ficarão a cargo da Empresa vencedora do certame.

#### **4.4.2. O Município obriga-se a:**

I- Efetuar, com pontualidade, os pagamentos relativos ao contrato.

II- Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato;

III- Aplicar à contratada as sanções cabíveis;

IV- Autorizar a execução dos serviços;

V- Exercer a fiscalização e acompanhar a execução do contrato, verificando o cumprimento dos termos do contrato.

#### **4.6. Sanções Administrativas:**

**4.6.1.** O Contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

**a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**c)** dar causa à inexecução total do contrato;

**d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o referido processo ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**i)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**4.6.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 4.5 deste termo de referência as seguintes sanções:

**a)** advertência;

**b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

**c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**4.6.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 4.5.1. do presente Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**4.6.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

**4.6.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**4.6.6.** A aplicação das sanções previstas no item 4.5 deste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**4.6.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 4.5, alínea “b”, do presente termo de referência, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**4.6.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 4.5 do presente termo de referência o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**4.6.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**4.6.10** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**4.6.11** É admitida a reabilitação do contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**4.7.** A opção por contratações por SRP para atendimento da demanda das Secretarias Municipais proporcionará economicidade processual e financeira. Portanto o SRP se mostra a melhor opção para contratação pretendida.

**4.7.1.** A licitação pelo SRP destina-se a registrar preços de fornecedores (que assumem o

compromisso de entregar os bens ou executar os serviços durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços – até doze meses – e nas condições nela estipuladas) para contratações eventuais futuras, que poderão ocorrer quantas vezes forem necessárias, dentro do prazo de validade da ata, respeitadas as condições nela estipuladas. Ao final do procedimento, será formalizada e assinada a chamada “ATA DE REGISTRO DE PREÇOS” a qual terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período. Isso importa em vantagem significativa, tendo em vista da redução do número de licitações, pois através de uma única licitação, a Administração poderá efetuar compra ou contratação do objeto pelo prazo de validade da ata, quantas vezes foram necessárias, até atingir os quantitativos máximos licitados.

#### **4.9.1. Habilitação Jurídica:**

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o contratado for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o contratado for pessoa jurídica;
- d) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **4.9.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

- a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do contratado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

#### **4.9.3. Habilitação Econômico-Financeira:**

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 dias da data designada para a apresentação do documento;
- c) para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{índice mínimo: (1)}$$

LIQUIDEZ CORRENTE: -----

$$\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}$$





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

LIQUIDEZ GERAL: ..... = índice mínimo: (1)  
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante  
GRAU DE ENDIVIDAMENTO: ..... = índice máximo: (1)  
Ativo Total

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**5.1.** Os serviços serão solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade do Município e deverão estar disponíveis diariamente no período das 8hrs às 17:30 hrs incluindo feriados, sábados e domingos.

**5.2.** A empresa deverá atender prontamente a todos os chamados que venha a ocorrer, e realizar os serviços nas seguintes condições:

**5.2.1.** Consertos – em até 02 (duas) horas,

**5.2.2.** Desmontagem e montagem de pneus - em até 02 (duas) horas,

**5.2.3.** Balanceamento - em até 02 (duas) horas após agendamento,

**5.2.4.** Manchão - até 02 (duas) horas,

**5.2.5.** Serviços de socorro - em no máximo duas horas, quilômetros a contar da sede da Prefeitura Municipal até o local da prestação de serviço

**OBSERVAÇÃO 1:** A prestação dos serviços somente poderá ocorrer a partir de prévia solicitação e autorização do Município, através da Secretaria solicitante.

**5.3.** Os serviços deverão ser executados no local onde o veículo se encontra sempre que possível, para dar mais agilidade e diminuir o tempo de espera do conserto. Não sendo possível o conserto no local, poderá o pneu ser recolhido para conserto na sede da contratada.

**5.4.** Os pneus retirados dos veículos/maquinários deverão ser devolvidos ao Município em local a ser definido.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1.** O responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços será o funcionário designado mediante portaria nº 11.820/2025 de cada Secretaria Municipal.

**6.2.** A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto nos decretos 3.701/2024 e 3.700/2024 que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Alto Alegre/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”

**6.3.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.4.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal de contrato emitirá notificações para correção da execução do contrato, determinando prazo para correção.

**6.5.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação do fiscal quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado.

**6.6.** O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

## **7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias com a comprovação dos serviços mediante a apresentação da Nota Fiscal com o carimbo comprovando a efetivação dos serviços.

**7.2.** A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo a fim de se acelerar o trâmite e a posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**7.3.** Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO**

**8.1.** A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por lote, nos termos dos art. 6º, XLI, art. 17, § 2º, art. 28, I, art. 34 e art. 78, IV, art.82 e art.84 todos da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma de Registro de Preço; .

## **9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1.** Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 1.982.466,67 (um milhão novecentos e oitenta e dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

**9.3.** Os valores para contratação dos serviços foram obtidos por meio de fornecedores, e efetuadas com base nos Decretos Municipais números 3.589/2023 e 3.588/2023, que “Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação no âmbito do Município de Alto Alegre/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**10.1.** As dotações orçamentárias serão as seguintes:

### **Secretaria de Administração:**

Projeto/atividade: 2200- Manutenção da Secretaria de Administração

Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros

RV: 01

### **Secretaria de Agricultura:**

Projeto/atividade: 2200- Manutenção da Secretaria de Agricultura

Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros

RV: 01

### **Secretaria de Assistência social:**

Atividade:2215 IGD-PAB

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1123 MATERIAL DE CONSUMO

Atividade 2606 IGD-BF

Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1123 MATERIAL DE CONSUMO

### **Secretaria Municipal de Educação:**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (MDE)  
Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PEATE) Estadual  
Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PNATE) Federal  
Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PNATE) Federal  
Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PNATE) Federal  
Elemento: 3390.39.19.00.00.00 Manutenção e Conservação de Veículos  
RV: 20, 1025, 1118, 1119, 1120

**Secretaria Municipal do Meio Ambiente:**

Projeto/atividade: 2800- Manutenção da Secretaria do meio ambiente  
Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros

**Secretaria de Obras Urbanas:**

Projeto/atividade: 2900- Manutenção da Secretaria de Obras Urbanas  
Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros  
RV: 01  
Projeto/atividade: 2905- Manutenção de Parques Praças e Jardins  
Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros  
RV: 01

**Secretaria de Obras do Interior:**

Projeto/atividade: 2001- Manutenção da Frota de Maquinas e Equipamentos  
Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros  
RV: 01  
Projeto/atividade: 2003- Manutenção das Estradas do Interior  
Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros  
RV: 01

**Secretaria de Saúde:**

Projeto/atividade: 2501 Transporte na Saúde  
Elemento: 3390.39.19.00.00.00- manutenção e conservação de veículos.  
RV: 40, 4500, 4090

Alto Alegre/RS, 27 de março de 2025.

---

Marina Broch  
Diretora do Depto. Admin. da Educação



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

**ANEXO II**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE/RS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025**

Aos\_\_\_ dias do mês de\_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte cinco o **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE**, pessoa jurídica de Direito Público, com sede administrativa na Rua Recreio, nº 233, CNPJ 92.406.057/0001-03 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Silmar Demaman, portador do CPF xxxxxxxx, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº123/2006, nº147/2014 emite a presente Ata de Registro de Preços com o objetivo de formalizar o Registro de Preços para contratação de empresa para futuros e parcelados serviços de consertos, desmontagem e montagem de pneus, balanceamento, manchão e serviços de socorro para a frota de veículos e maquinários do município de Alto Alegre/RS, em decorrência da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00x/2025 pela empresa abaixo relacionada.

**EMPRESA:** \_\_\_\_\_

**OBJETO:** Registro de Preços para contratação de empresa para futuros e parcelados serviços de consertos, desmontagem e montagem de pneus, balanceamento, manchão e serviços de socorro para a frota de veículos e maquinários do município de Alto Alegre/RS conforme as especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, parte integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 013/2025.

**1. DA VALIDADE**

**1.1.** Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, terá prazo de validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura e poderá ser prorrogada, por igual período, conforme Art.84 da Lei 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e conforme o Decreto Municipal n.º 3589/2023 e 3588/2023.

**1.2.** Conforme art. 83, da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal Nº 3.704/2024, a Administração não está obrigada a realizar contratação por intermédio dessa Ata, podendo adotar, para tanto, licitação específica para o pretendido, desde que motivadamente.

**1.3.** As quantidades licitadas representam estimativas de consumo e não expectativa de contratação.

**2. DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO**

**2.1.** Os preços ofertados pelas empresas classificadas em primeiro lugar, por objeto/lote, signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT. MINÍMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO R\$

**2.2.** Serão incluídos na presente ata, os licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, e posteriormente os licitantes que mantiverem a sua proposta original, conforme art. 82, § 5º, VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.3.** No caso de ser registrado mais de um licitante com o mesmo valor, em preço igual ao do licitante vencedor, ficará assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, conforme dispõe o art. 82, VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.4.** Na hipótese, 3.2 devidamente comprovado e deferido o reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado, o fornecedor será reclassificado na ata, conforme o preço reequilibrado.

### **3. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

**3.1.** Durante a vigência da Ata, os preços serão de acordo com a tabela acima 2.1;

**3.2.** Durante a vigência da Ata, o preço será reajustado pelo índice IPCA com data-base vinculada à data do orçamento estimado, de acordo com o art. 92, §3º da Lei 14.133/2024.

### **4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**4.1.** As solicitações de fornecimento à licitante 1ª colocada será feita pelo próprio Órgão Participante (OP), por escrito, mediante ordem de compra, preenchida em modelo próprio, datada e assinada pela autoridade competente, com cópia obrigatória ao Órgão Gerenciador (OG).

**4.2.** As ordens de compra poderão ser encaminhadas por meio eletrônico ou por outra forma admitida pela Administração

**4.3.** As entregas deverão ser efetuadas nos endereços determinados pelo OP, em dias úteis, das \_\_\_\_:\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas.

**4.4.** Dentro do prazo de vigência da ata, a empresa 1ª colocada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do processo de contratação, que precedeu a formalização dessa Ata

**4.5.** Os custos de entrega dos materiais ficarão a cargo da Empresa vencedora do certame, após a solicitação por parte da secretaria.

**4.6.** A fiscalização da execução do objeto, será exercida pela respectiva Secretaria Municipal, conforme nomeação da Portaria nº 11.730/2025.

**4.7.** Não será recebido produto/serviço que não esteja em conformidade com o Edital (Estudo Técnico Preliminar/Termo de Referência), havendo alguma desconformidade deverá ser sanada pela licitante vencedora.

**4.8.** Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou do termo de referência, ou ainda em desacordo ao contrato, caso celebrado, deverão ser rejeitados pela Administração, em observância ao art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até 10 dias após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

**4.9.** A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à instauração de processo administrativo especial para eventual aplicação das sanções previstas pela inexecução.



## **5. DO PAGAMENTO**

**5.1.** Os pagamentos serão efetuado junto a Tesouraria do Município ou via bancária, da seguinte forma:

a) O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) da comprovação da entrega dos materiais/efetivação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal com o carimbo de recebimento, comprovando a efetivação dos serviços através de relatório.

**5.2. A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo a fim de se acelerar o trâmite e a posterior liberação do documento fiscal para pagamento.**

**5.3.** Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

**5.4.** Nos preços propostos pelo Fornecedor estão inclusos, além dos insumos que os compõem, todos os impostos que o mesmo está obrigado a recolher, integralmente, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade pelo recolhimento dos mesmos, bem como deslocamentos.

## **6. FISCALIZAÇÃO:**

**6.1-Cabe a cada secretaria municipal solicitante, mediante servidor designado pela Portaria nº 11.730/2025, proceder à fiscalização da aquisição, a qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações que se fizerem necessárias, conforme previsto no art.117, da Lei Federal nº 14.133/2021.**

**6.2-Os fiscais estão investidos no dever de recusar, em parte ou totalmente, o material ou serviço que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que seja entregue/executado fora dos dias e horários preestabelecidos, conforme dispõe o art.140 parágrafo 1º da Lei Federal nº14.133/2021.**

**6.3-As irregularidades constatadas deverão ser comunicadas a Secretária da pasta, no prazo máximo de 2 (dois) dias, sem prejuízo do próprio fiscal notificar o registrado para adotar as providências necessárias para correção ou, quando for o caso, recomendar ao Secretário a instauração de processo para aplicação das penalidades cabíveis.**

## **7. DAS SANÇÕES:**

**7.1.** A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará o FORNECEDOR às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa, ficando estipuladas as penalidades previstas no edital e a seguir citadas:

**7.2.** O Contratado será responsabilizado administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o referido processo ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- i) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;  
m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 7.2. as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**7.4.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 7.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**7.5.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

**7.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**7.7.** A aplicação das sanções previstas no item 7.2. não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**7.8.** Na aplicação da sanção prevista no item 7.2, alínea “b”, do termo de referência, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**7.9.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 7.2 do termo de referência o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**7.10.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**7.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**7.12.** É admitida a reabilitação do contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

## **8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas a ser realizadas com a aquisição dos materiais, decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços, correrão à conta dos recursos previstos no orçamento do Município,

conforme Anexo I do edital.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE LICITANTE E DO PREÇO REGISTRADO**

9.1. O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu **registro cancelado** da presente Ata, **com consequente aplicação das penalidades** previstas no edital, no termo de referência, se no caso de contratação direta, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
- b) quando o fornecedor não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;
- c) quando o fornecedor não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
- d) quando o fornecedor sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu **registro cancelado** da presente Ata, **sem aplicação das penalidades** previstas no edital, no termo de referência, se no caso de contratação direta, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata por fato superveniente à licitação, alheio à sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento seja devidamente comprovado com a respectiva documentação da situação alegada;
- b) falecimento do registrado.

9.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 10.2 será formalizado por despacho da Administração, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.4. Na hipótese de cancelamento do registro de fornecedor, a Administração poderá convocar os demais licitantes registrados em ata, em ordem de classificação.

9.5. O licitante que teve seu preço registrado poderá ter o **cancelamento dos preços** registrados da presente Ata, **sem a consequente aplicação das penalidades** previstas no edital, no termo de referência, se no caso de contratação direta, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) quando por razão de interesse público;
- b) quando a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- c) quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado e não houver êxito nas negociações.

9.6. No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitas por publicação no site oficial do município [www.altoalegre.rs.gov.br](http://www.altoalegre.rs.gov.br), considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado, o licitante, da ata de registro de preços.

## **10-CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:**

10.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Prefeitura Municipal de Alto Alegre

Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000

CNPJ: 92.406.057/0001-03

E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br

Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e  
e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

10.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.

10.3. Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao OP, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

**11-DO FORO:**

11.1-Fica eleito o foro da Comarca de Espumoso/RS, para dirimir as questões oriundas da execução deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.2-E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Prefeito Municipal e pelo(s) representante(s) da(s) EMPRESA(S) REGISTRADA(S).

**12-CÓPIAS**

12.1 Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma para o OG;  
b) uma para a empresa registrada;  
c) uma para publicação; e  
d) uma para o OP.

E, por assim acordarem, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Administração Municipal, representada pelo OG, abaixo assinado, e pelo(s) Sr.(s) \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade \_\_\_\_\_, representando a(s) EMPRESA(S) REGISTRADA(S).

Alto Alegre/RS, em .....de ..... de .....

---

**Prefeito Municipal**

**Representante da Empresa**  
**CNPJ**

**Representante da Empresa**  
**CNPJ**





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

**ANEXO III**  
**MINUTA DE CONTRATO Nº 0XX/2025**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE/RS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025**

**Registro de Preços para contratação de empresa para futuros e parcelados serviços de consertos, desmontagem e montagem de pneus, balanceamento, manchão e serviços de socorro para a frota de veículos e maquinários do município de Alto Alegre/RS.**

**O MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CGC/MF 92.406.057/0001-03, com sede na Rua Recreio, nº 233, representado por seu **PREFEITO MUNICIPAL Sr. Silmar Demaman**, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº e RG nº, residente e domiciliado na Av.....nº, Centro, na cidade de Alto Alegre/RS, doravante denominado simplesmente **PODER EXECUTIVO**, e de outro lado, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, localizada na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, representada neste ato por \_\_\_\_\_, inscrita no CPF sob nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, na Cidade de \_\_\_\_\_/RS, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, nos termos e nas cláusulas que seguem:

O presente Contrato rege-se, nos termos do art. 6º, XLI, art. 17, § 2º, art. 28, I, art. 34 e art. 78, IV, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, e é celebrado com base nos documentos, os quais independem de transcrição, passam a fazer parte integrante deste Instrumento Contratual, em tudo o que não o contrariar: **Processo Licitatório nº 026/2025 – na Modalidade Pregão Eletrônico nº 013/2025.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO:**

**1.1** Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** através de **Pregão Eletrônico nº/2025** e na proposta da **CONTRATADA**, se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO:**

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa **para Registro de Preços para futuros e parcelados serviços de consertos, desmontagem e montagem de pneus, balanceamento, manchão e serviços de socorro para a frota de veículos e maquinários do município de Alto Alegre/RS** nos termos do art. 6º, XLI, art. 17, § 2º, art. 28, I, art. 34 e art. 78, IV, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com Edital e termo de referência do Pregão Eletrônico nº 00/2025, conforme tabela a seguir:

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

--	--	--	--	--

### **CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO, FORMA DE ENTREGA/EXECUÇÃO:**

**3.1.** Os serviços serão solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade do Município e deverão estar disponíveis diariamente no período das 8hrs às 17:30 hrs incluindo feriados, sábados e domingos.

**3.2.** A empresa deverá atender prontamente a todos os chamados que venha a ocorrer, e realizar os serviços nas seguintes condições:

**3.2.1.** Consertos – em até 02 (duas) horas,

**3.2.2.** Desmontagem e montagem de pneus - em até 02 (duas) horas,

**3.2.3.** Balanceamento - em até 02 (duas) horas após agendamento,

**3.2.4.** Manchão - até 02 (duas) horas,

**3.2.5.** Serviços de socorro - em no máximo duas horas, quilômetros a contar da sede da Prefeitura Municipal até o local da prestação de serviço

**OBSERVAÇÃO 1:** A prestação dos serviços somente poderá ocorrer a partir de prévia solicitação e autorização do Município, através da Secretaria solicitante.

**3.3.** Os serviços deverão ser executados no local onde o veículo se encontra sempre que possível, para dar mais agilidade e diminuir o tempo de espera do conserto. Não sendo possível o conserto no local, poderá o pneu ser recolhido para conserto na sede da contratada.

**3.4.** Os pneus retirados dos veículos/maquinários deverão ser devolvidos ao Município em local a ser definido.

O serviço deverá ser feito, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste contrato, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**3.5.** O prazo de vigência do contrato será de xx ( ) meses, contados da assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado a critério das partes, e/ou quando todo o material ainda não foi entregue.

**3.6.** O atraso ou a inexecução, mesmo que parcial, no cumprimento desta cláusula ocasionará a aplicação das penalidades legais a **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA QUARTA - PREÇO:**

**4.1.** O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** o valor de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) para a aquisição dos materiais objeto deste contrato. Todos os valores constantes da proposta vencedora do **Processo Licitatório nº 026/2025 – na Modalidade Pregão eletrônico nº 013/2025**.

### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PAGAMENTOS:**

**5.1.** Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias da comprovação da entrega dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal com o carimbo de recebimento.

**5.2.** A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo a fim de se acelerar o trâmite e a posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

**5.3.** Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

**5.4.** A empresa deverá apresentar a cada novo contrato, sendo requisito indispensável para o pagamento, assim como os demais documentos:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- e)** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- f)** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- g)** comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), se o licitante for pessoa jurídica;
- h)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b)** prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

### **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a)** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b)** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90(noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

### **CLAUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

**6.1** As despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta das Dotações Orçamentárias constantes do Parecer Contábil, anexo ao processo, a qual é parte integrante do **Processo Licitatório nº 026/2025 – na Modalidade Pregão Eletrônico nº 013/2025.**

**6.2** Os recursos financeiros para as despesas decorrentes do presente contrato serão provenientes das dotações orçamentárias para o ano de 2025, conforme Lei Municipal nº 4.027/2024:

#### **Secretaria de Administração:**

**Projeto/atividade: 2200- Manutenção da Secretaria de Administração**

**Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros**

**RV: 01**

#### **Secretaria de Agricultura:**

**Projeto/atividade: 2200- Manutenção da Secretaria de Agricultura**

**Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros**

**RV: 01**

#### **Secretaria de Assistência social:**

**Atividade: 2215 IGD-PAB**

**Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1123 MATERIAL DE CONSUMO**

**Atividade 2606 IGD-BF**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

**Elemento: 3390.30.00.00.00.00.1123 MATERIAL DE CONSUMO**

**Secretaria Municipal de Educação:**

**Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (MDE)**

**Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PEATE) Estadual**

**Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PNATE) Federal**

**Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PNATE) Federal**

**Projeto/Atividade: 2403 Manutenção do Transporte Escolar (PNATE) Federal**

**Elemento: 3390.39.19.00.00.00 Manutenção e Conservação de Veículos**

**RV: 20, 1025, 1118, 1119, 1120**

**Secretaria Municipal do Meio Ambiente:**

**Projeto/atividade: 2800- Manutenção da Secretaria do meio ambiente**

**Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros**

**Secretaria de Obras Urbanas:**

**Projeto/atividade: 2900- Manutenção da Secretaria de Obras Urbanas**

**Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros**

**RV: 01**

**Projeto/atividade: 2905- Manutenção de Parques Praças e Jardins**

**Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros**

**RV: 01**

**Secretaria de Obras do Interior:**

**Projeto/atividade: 2001- Manutenção da Frota de Maquinas e Equipamentos**

**Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros**

**RV: 01**

**Projeto/atividade: 2003- Manutenção das Estradas do Interior**

**Elemento: 3390.39.00.00.00.00- outros serviços de terceiros**

**RV: 01**

**Secretaria de Saúde:**

**Projeto/atividade: 2501 Transporte na Saúde**

**Elemento: 3390.39.19.00.00.00- manutenção e conservação de veículos.**

**RV: 40, 4500, 4090**

**CLÁUSULA SÉTIMA – ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**7.1.** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, acrescido de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

**CLÁUSULA OITAVA- REAJUSTAMENTO**

**8.1.** O valor relativo ao objeto contratado será reajustado a contar da data-base vinculada à data do orçamento estimado, de R\$ xx,xx ( ), mediante utilização do índice IPCA.

**CLÁUSULA NOVA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**



**9.1.** Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

**9.2.** Durante a vigência da Ata, os preços dos materiais serão reajustados pelo índice IPCA com data-base vinculada à data do orçamento estimado, de acordo com o art. 92, §3º da Lei 14.133/2024.

**9.3.** O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

**9.4.** Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

**9.5.** Dentro do prazo previsto no item 9.4, o CONTRATANTE poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a CONTRATADA ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:**

### **10.1 Dos Direitos**

**10.1.1** da **CONTRATANTE**: receber a prestação do serviço e/ou bem deste contrato nas condições avençadas;

**10.1.2** da **CONTRATADA**: receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

### **10.2 Das Obrigações**

#### **10.2.1 Da CONTRATANTE:**

**10.2.1.1.** Acompanhar a entrega do objeto;

**10.2.1.2.** Comunicar ao Fornecedor toda e qualquer ocorrência relacionada à aquisição dos produtos, como por exemplo, a quantidade a ser entregue;

**10.2.1.3.** Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento dos termos deste instrumento;

**10.2.1.4.** Verificar a regularidade da situação fiscal do Fornecedor e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade, antes de efetuar cada pagamento devido;

**10.2.1.5.** Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pelo Fornecedor e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, o material que o Fornecedor entregar fora das especificações deste termo de referência;

**10.2.1.6.** Efetuar o pagamento na forma convencionada neste instrumento;

**10.2.1.7.** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fornecedor;

**10.2.1.8.** Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;

**10.2.1.9.** Permitir o livre acesso do pessoal do Fornecedor ao local de entrega do objeto;

**10.2.1.10.** Notificar, por escrito, ao Fornecedor, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do fornecimento, fixando prazo para sua correção.

**10.2.1.10.** Aplicar a contratada as sanções cabíveis;

#### **10.2.3 Da CONTRATADA:**

**10.2.3.1.** Entregar os materiais dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas neste termo de

referência, com a observância as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e Legislação pertinente;

**10.2.3.2.** Substituir os produtos fornecidos nos quais se verifiquem defeitos de fabricação ou danificados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação que lhe será entregue;

**10.2.3.3.** Cumprir fielmente as obrigações definidas neste termo de referência, de forma que o objeto deverá ser entregue de acordo com as exigências nela contidas;

**10.2.3.4.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados e atender às reclamações formuladas;

**10.2.3.5.** Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

**10.2.3.6.** Manter, durante toda a execução da contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

**10.2.3.7.** Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte (frete), embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

**10.2.3.8.** Comunicar ao Município, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento;

**10.2.3.9.** O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Fornecedor para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**11.1.** A gestão e a fiscalização do contrato serão feitas observando as regras dos Decretos Municipais n.º 3.701/2024 e 3.700/2024, que “Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Alto Alegre/RS nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021”.

**11.2.** A gestão do contrato ficará a cargo de cada Secretaria Municipal, a fiscalização será realizada por servidor designado pela Portaria 11.820/2025.

**11.3.** Dentre as responsabilidades dos fiscais está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**12.1 A CONTRATADA** estará sujeita às seguintes Sanções Administrativas, sendo responsabilizada administrativamente, mediante concessão do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelas seguintes infrações:

**a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**c)** dar causa à inexecução total do contrato;

**d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**f)** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**g)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o referido processo ou prestar

declaração falsa durante a execução do contrato;

**i)** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**l)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**m)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item **12.1** deste Contrato as seguintes sanções:

**a)** advertência;

**b)** multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

**c)** impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**d)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**12.3** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item **12.2** do presente contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**12.4** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

**12.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.6** A aplicação das sanções previstas no item **12.2** deste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**12.7** Na aplicação da sanção prevista no item **12.2**, alínea “b”, do presente ETP, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**12.8** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item **12.2** do presente ETP o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.9** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**12.10** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.11.** É admitida a reabilitação do contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**a)** reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**b)** pagamento da multa;

**c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
Prefeitura Municipal de Alto Alegre  
Rua Recreio nº 233 - CEP: 99.430-000  
CNPJ: 92.406.057/0001-03  
E-mail: prefeitura@altoalegre.rs.gov.br  
Fone: (54) 3382-1122. (54) 996350289

- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;  
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO**

**13.1.** As hipóteses que constituem motivo para rescisão contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, por:

- I-** Ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, exceto nos casos em que esta tenha dado causa à extinção;  
**II-** Consensual, desde que haja interesse e seja conveniente para a **CONTRATANTE**;  
**III** Por decisão arbitral ou judicial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:**

**14.1** Eventuais litígios decorrentes da execução deste contrato serão dirimidos perante o Foro da Comarca de Espumoso/RS.

**14.2** E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Alto Alegre/RS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**XXXXXX  
CONTRATADA**

\_\_\_\_\_  
**XXXXXX  
GESTOR(A) DO CONTRATO**

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXX  
FISCAL DO CONTRATO**

### **TESTEMUNHAS:**

**NOME:**  
**CPF Nº:**  
**ENDEREÇO:**

**NOME:**  
**CPF Nº:**  
**ENDEREÇO**